

O Custo da Desigualdade no Ceará

*Por Flávio Ataliba, Carlos Manso e Arnaldo Santos
com a colaboração de Valdemar Neto e Dércio Chaves*

O Brasil se caracteriza por ser um país com uma das maiores desigualdades de renda no mundo. Para se ter uma idéia desse problema, recentemente o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou um relatório que apontou, tendo por base o índice de GINI, que o Brasil é um dos 7 (sete) países com maior desigualdade do planeta. Nesse contexto, o estado do Ceará também é destaque negativo sendo o 11º mais desigual do Brasil, considerando o ano de 2008 (Tabela 1). Outro estudo publicado este ano pela Organização das Nações Unidas (ONU) constatou que cinco cidades brasileiras estão entre as 20 mais desiguais do mundo, sendo Fortaleza a 13ª nesse grupo.

De um modo geral, ainda não há um completo consenso em nossa sociedade e nas diversas esferas de Governo em tratar esse tema de forma absolutamente prioritária. Muitas vezes essa discussão é jogada para escalas menores de preocupação. As desigualdades sejam elas étnicas, etárias, de gênero ou espacial não só impedem que determinada população tenha acesso de forma democrática aos bens e serviços, como também determinam o sucesso das gerações futuras especialmente as crianças e jovens menos favorecidos. Na verdade, o custo social que se impõe com a presença de elevados índices de desigualdade em uma sociedade, acaba traduzindo-se também num expressivo custo econômico.

POR QUE A DESIGUALDADE PREJUDICA O CRESCIMENTO?

Vários são os aspectos a apontar sobre os malefícios que elevados índices de desigualdade acarretam sobre a geração de riqueza numa sociedade. Barro (2000) desenvolve uma ótima revisão dessas ideias aqui classificadas em 6 (seis) grupos distintos: a) O surgimento de atividades ilícitas; b) O aumento nas despesas improdutivas; c) A restrição de crédito; d) A presença de maior carga tributária; e) A criação de instabilidade político-institucional; e f) O tamanho do mercado interno.

Inicialmente pode-se inferir que em sociedades muito desiguais, maiores são os incentivos para que os indivíduos se engajem em atividades fora do mercado formal como crimes, drogas, contrabandos, etc. Isso, além de configurar desperdício de capital humano (que poderia estar sendo alocado em alguma atividade produtiva), contribui para minorar a arrecadação tributária dos governos.

Por outro lado, a repressão a essas atividades acarreta dispêndio de recursos que poderiam ser usados em atividades produtivas. Muitas vezes, os governantes são obrigados a aumentar seus gastos no aparelhamento militar, construção e reformas de delegacias, criação de centros de detenção, entre outras atividades, que evidentemente são despesas improdutivas no sentido de ter pouco impacto na capacidade de geração de riqueza. Para se ter uma idéia da magnitude desses gastos no Ceará, em 2008 a despesa total paga pelas Secretarias de Segurança Pública e de Justiça foram na ordem de R\$ 1,08 bilhões e R\$ 175 milhões, respectivamente, o que juntas representam aproximadamente 11,28% da receita corrente do governo.

Outro argumento, levantado especialmente por Galor e Zeira (1993) refere-se a presença da restrição de crédito. Sabe-se que o processo de desenvolvimento econômico é caracterizado pela complementaridade entre o capital físico e capital humano, tal que o crescimento aumenta quando o capital humano também aumenta. Dessa forma, a restrição de crédito prejudicaria a possibilidade dos indivíduos mais pobres investirem em capital humano, já que eles teriam maiores dificuldades em antecipar rendas futuras pela falta de garantias a esses empréstimos. Ademais, a falta de crédito também inibe o espírito empreendedor presente naqueles indivíduos mais carentes o que dificulta novas gerações de negócios e renda nesse segmento da sociedade.

TABELA 1 Desigualdade de Renda dos Estados

Estados	GINI	Rank	Estados	GINI	Rank
Distrito Federal	62,39%	1	Mato Grosso do Sul	53,22%	15
Paraíba	59,09%	2	Maranhão	53,14%	16
Alagoas	58,64%	3	Amazonas	52,57%	17
Piauí	58,43%	4	Espírito Santo	52,01%	18
Pernambuco	57,30%	5	Minas Gerais	51,77%	19
Bahia	56,79%	6	Goiás	51,46%	20
Acre	56,77%	7	Pará	51,19%	21
Rio Grande do Norte	56,15%	8	Rio Grande do Sul	50,70%	22
Mato Grosso	54,75%	9	Paraná	50,14%	23
Tocantins	54,65%	10	São Paulo	50,12%	24
Ceará	54,55%	11	Rondônia	50,03%	25
Sergipe	54,43%	12	Santa Catarina	46,61%	26
Rio de Janeiro	54,28%	13	Amapá	45,27%	27
Roraima	53,73%	14			

Fonte: LEP/CAEN a partir de microdados da PNAD/IBGE

PATROCINIO:

SINTAF
SINDICATO DOS FAZENDÁRIOS DO CEARÁ

APOIO:

inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

Programa Cátedra
para o Desenvolvimento
ipea
Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

FUNCAP

Questões relacionadas à decisão política dos eleitores majoritários também surgem como importante argumento sobre os efeitos nocivos da desigualdade sobre o crescimento econômico (Person e Tabellini, 1994; Alesina e Rodrik, 1994). A ideia principal é que diante de uma distribuição desigual de renda e riqueza o eleitor mediano desprovido de ativos e renda desejarão ganhos no curto prazo através de uma redistribuição de renda do capital para o trabalho. Desta forma, através do processo político, programas partidários que anunciam a taxação do capital tenderão a ser sancionados nas urnas, implicando o funcionamento da economia com elevada carga tributária. Isso resultará em menor acumulação de capital e, por conseguinte menor taxa de crescimento da economia no futuro.

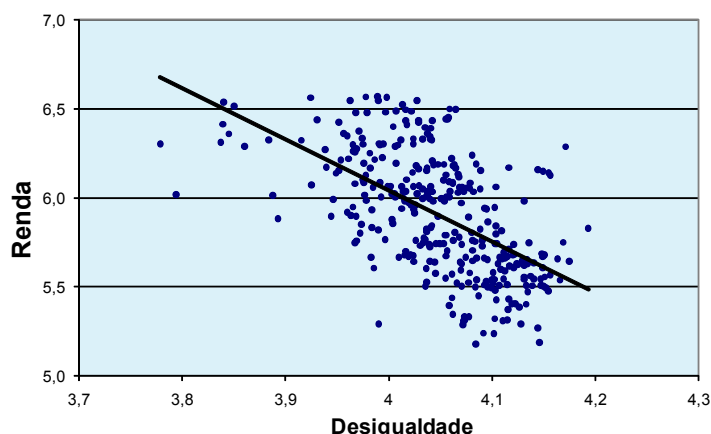
Outro ponto a se observar é que os conflitos sociais, decorrentes de uma forte desigualdade, podem levar a uma maior instabilidade político-institucional gerando maiores incertezas no ambiente econômico, reduzindo assim os investimentos e a capacidade da economia em se ajustar a choques (Perotti, 1996; Rodrik, 1998; Bourguignon, 2003). Por fim, em sociedades com elevada desigualdade, o mercado consumidor tende a ser mais restrito. Isso certamente terá efeito negativo nas vendas, ampliação das plantas das fábricas e nos projetos de investimentos por parte das empresas, limitando assim o crescimento da atividade econômica.

Todos esses elementos estão presentes em maior ou menor intensidade numa determinada sociedade que apresente altos índices de desigualdade. Desse modo, é de se esperar que economias com essas características possuam níveis de renda e produto bem abaixo de seus níveis potenciais máximos. O Ceará, por exemplo, poderia ter um nível de produção bem mais elevado com a mesma quantidade de fatores produtivos existentes atualmente. Nesse contexto, far-se-á um exercício de simulação para verificar a perda de renda que o estado do Ceará possui diante a desigualdade existente. A título de exemplo, vamos fazer uma comparação com Santa Catarina, uma das unidades federativas com melhor distribuição da renda no país. A ideia é verificar quanto se perde de renda e produto pelo fato de não se ter uma distribuição de renda semelhante a esse Estado.

QUANTO CUSTA NOSSA DESIGUALDADE?

Para estimar a perda potencial de produto e renda que o Ceará possui por não ter um nível de desigualdade compatível a Santa Catarina utiliza-se a técnica de Análise de Regressão descrita no Box Metodológico. A partir dessa técnica, a Figura 1 ilustra a relação existente entre desigualdade e renda, tomando por base as 26 unidades federativas brasileiras, no decorrer de 13 anos (1995 a 2007) totalizando 338 observações [1]

FIGURA 1 - Relação Entre Desigualdade e Renda



Constata-se a partir do perfil da dispersão das observações, que existe uma relação inversa entre essas duas variáveis, ou seja, Estados que apresentam maiores níveis de desigualdade tendem a ter, em média, menores níveis de renda. Essa relação pode ser simplificada por uma reta de ajustamento entre as observações, que, no caso em questão, apresenta um coeficiente angular negativo e que pode ser comprovado nas estimativas apresentadas no Quadro I.

Pode-se observar que o valor de -0,8 representa o valor da elasticidade entre as variáveis renda e a desigualdade [2]. Isso significa que para cada redução de 1% na desigualdade, a renda familiar aumentaria em termos médios em 0,8%, ou de outra forma, para um aumen-

BOX METODOLÓGICO

A análise de regressão serve como ferramenta para se analisar quantitativamente alguns fenômenos econômicos. Caso se queira analisar o efeito que uma variável (explicativa) tem sobre outra (dependente), podemos estimar um modelo econométrico da seguinte forma:

$$\ln R_{it} = \alpha + c_i + \beta \ln G_{it} + \varepsilon_{it}$$

Onde $\ln R_{it}$: é logaritmo natural da Renda e variável dependente do modelo ;

$\ln G_{it}$: é o logaritmo natural do coeficiente de desigualdade de Gini, que é a variável explicativa.

O termo C_i pode ser entendido como fatores, características individuais de cada Estado, que não variam no tempo, mas, que afetam a variável dependente. Já o termo de erro, ε_{it} , é denotado como um representante de

todas as demais variáveis que não foram incluídas no modelo, porém que afetam $\ln R_{it}$, e que supomos atender algumas propriedades.

Os valores α e β são coeficientes a serem estimados. O coeficiente β estimado será responsável por determinar o efeito da respectiva variável explicativa sobre a variável dependente do modelo. Assim, nesse formato, a estimativa do coeficiente β nos dá a elasticidade [2] da renda com respeito à desigualdade.

O R^2 é um coeficiente que mede a proporção da variação total da variável dependente explicada pelo modelo de regressão, ou seja, pelas variáveis explicativas do modelo. O R^2 é um valor que varia entre 0 e 1, caso seu valor seja 1 significa um perfeito ajuste do modelo, se for 0 significa que não há nenhuma relação entre a variável dependente e as explicativas. Então o ajuste do modelo é melhor quanto mais próximo o R^2 for de 1.

QUADRO I

$$\ln R_{it} = 5,46 - 0,80 \ln G_{it}$$

(0,135) (0,088)

$$R^2 = 0,337$$

Nº de Obs. = 338

to na desigualdade de 10% teria-se uma queda na renda em 8%. O nível de ajustamento do modelo dado pelo R^2 (0,33) aponta que 33% da variação no logaritmo natural da renda é explicada pela variação no logaritmo natural da desigualdade, valor relativamente alto, uma vez que esse modelo considera apenas o efeito da desigualdade sobre a renda, sem levar em conta outros fatores determinantes [3]. Tomando por base então o valor médio estimado de -0,8, pode-se calcular quanto se deixa de ganhar na renda pelo fato da desigualdade no Ceará (0,5455) não está no nível de Santa Catarina (0,4661). Essa redução significaria uma queda de aproximadamente 14,5% nesse índice.

Como a elasticidade estimada da renda com respeito à desigualdade foi de -0,8 ou -80%, essa redução no GINI significaria um aumento na renda de 11,64% [$\frac{\Delta R}{R} = \beta \frac{\Delta G}{G} = 11,64\% = (-0,80) \cdot (-0,14)$]. O estado do Ceará poderia ter então um aumento médio de 11,64% na renda de cada indivíduo o que representaria um acréscimo monetário de aproximadamente R\$ 41,00 por mês já que a renda média é em torno de R\$ 352,00. Considerando-se toda população, poder-se-ia ter um acréscimo de mais de R\$ 4,2 bilhões, o que correspondendo a 7,2% do PIB em 2008.

Entretanto, como esse ganho de renda foi motivado pela redução na desigualdade, é de esperar que toda essa expansão seja direcionada as pessoas de mais baixa renda. Como o Ceará tem por volta de 4 (quatro) milhões de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza (R\$ 207,50 = 1/2 salário mínimo em 2008) isso daria um pouco mais de R\$1.000,00 por ano para cada indivíduo pobre ou R\$ 80,00 ao mês. Como os pobres no Ceará têm uma renda média de R\$ 110,00, isso representaria um incremento de mais de 70% o que seguramente reduziria a pobreza no estado pela metade. Ademais, se esses ganhos de renda fossem distribuídos igualmente entre os pobres, eles certamente eliminariam a extrema pobreza e a indigência (pessoas que vivem com 1/8 e 1/4 do salário mínimo, respectivamente) no Estado.

Esses cálculos não deixam dúvida quanto à importância da redução da desigualdade como uma estratégia fundamental no processo de discussão do desenvolvimento do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sabemos, o Ceará é um dos estados da federação mais pobre. Sua renda média de aproximadamente R\$ 352 em 2008 está entre as três mais baixas do país e seu PIB não chega a 2% do PIB brasileiro. Diante desse quadro, o desejo necessário e premente de expandir sua riqueza faz com que muitas das ações públicas acabem por negligenciar os aspectos distributivos e de bem-estar das políticas adotadas. Nesse contexto, pensar em desenvolvimento do estado do Ceará é

pensar numa Agenda que promova também os aspectos relacionados à distribuição da riqueza. Isso é importante tanto em termos dos valores sociais, éticos e humanísticos, que não se está colocando em questão, como também do ponto de vista econômico. Desenhar e implementar políticas que possam incrementar a renda dos mais pobres é uma questão fundamental nesse processo, uma vez que além de propiciar de forma direta o aumento da renda da economia, gera também ganhos indiretos pela queda da desigualdade.

NOTAS EXPLICATIVAS

[1]. No presente trabalho foi excluído o Distrito Federal, uma vez que foi considerado como um *outlier*, ou dado discrepante: Esse termo estatístico é normalmente usado no Brasil, e denomina uma observação que é muito diferente das outras da amostra.

[2]. A Elasticidade representa a sensibilidade de uma variável dependente face a mudanças em uma ou mais variáveis que a determinam, permanecendo as demais variáveis constantes. A elasticidade é dada pela variação percentual na variável dependente dividida pela mudança percentual na variável que a determina. Nesse caso podemos escrever a elasticidade da renda com respeito à desigualdade como:

$$\beta = \frac{\frac{\Delta R}{R}}{\frac{\Delta G}{G}} = \frac{\text{Variação Percentual na Renda}}{\text{Variação Percentual na Desigualdade de Renda}}$$

Sendo assim, se G varia em 1% a variável R varia em β %, uma vez que $\frac{\Delta R}{R} = \beta \frac{\Delta G}{G}$

[3]. Vale destacar que o modelo utilizado nesse trabalho é uma simplificação da realidade, uma vez que pode haver outros fatores que afetam a renda dos estados como o nível dos investimentos e a educação da população. Como o principal interesse desse trabalho é na verdade quantificar a sensibilidade da renda com respeito à desigualdade adotou-se esse procedimento.

BIBLIOGRAFIA

- Alesina, A., and D. Rodrik (1994): "Distribution politics and economic growth", *Quarterly Journal of Economics* 109, 465-490.
- Barro, Robert (2000): "Inequality and Growth in a Panel of Countries", *Journal of Economic Growth*, 5:5-32 March.
- Galor, O. and J. Zeira (1993): "Income distribution and macroeconomics," *Review of Economic Studies* 60, 35-52.
- Perotti, Roberto (1996): "Growth, income distribution, and democracy: What the data say", *Journal of Economic Growth*, 1: 149-187, June.
- Persson, T., and Guido Tabellini (1994): "Is inequality harmful for growth? Theory and evidence," *American Economic Review* 84, 600-621.
- Rodrik, D. (1998): "Where did all the growth go? External shocks, social conflict, and growth collapses". Harvard University, mimeo.
- Bourguignon, F. and Thierry Verdier (2000): "Oligarchy, democracy, inequality and growth", *Journal of Development Economics*, vol. 62, 285-313.
- Overcoming Barriers (2009): Human Mobility and Development, Human Development Report. <http://hdr.undp.org>.

Sobre os Autores:

Fábio Ataliba F. D. Barreto: Coordenador do LEP/CAEN, Professor do CAEN/UFC, (ataliba@ufc.br)

Carlos Alberto Manso: Pesquisador do LEP, Doutorando do CAEN/UFC (manso@caen.ufc.br)

Arnaldo Santos: Doutorando em Economia (expert13@terra.com.br)

Valdemar Rodrigues de Pinho Neto: Graduando em Economia/UFC, Bolsista do PIBIC/CNPq (valdemar@caen.ufc.br)

Décio Nonato Chaves de Assis: Graduando em Economia/UFC, Bolsista do PIBIC/CNPq (dercio@caen.ufc.br)